

Assunto: Gravações comprovam o toma-la-da-cá em Caruaru	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 10/01/2014
Editoria: CAPA	Seção:

jornal do  commercio

Gravações comprovam o toma-lá-dá-cá em Caruaru

JC tem acesso ao processo que transcreve gravações da Polícia Civil feitas com 10 vereadores acusados de pedir propina para aprovar projetos do Executivo. Prefeito e secretário são considerados vítimas. Um vereador voltou a ser preso. © página 5

Assunto: Gravações comprovam o toma-la-da-cá em Caruaru	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 10/01/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção:

jornal do  commercio

Ação penal contra vereadores

PONTO FINAL Processo traz relato de gravações que comprovam ação da “bancada da propina” em Caruaru. Juiz instaura ação penal

Pedro Romero

promero@jc.com.br

CARUARU – O juiz Pierre Souto Maior, da 4ª Vara da Justiça de Caruaru, acatou integralmente as denúncias do Ministério Público contra os dez vereadores desta cidade que estão sendo acusados de cobrar propina para aprovar projetos do governo municipal. Em seu despacho, o magistrado pede a instauração de ação penal, a citação dos denunciados num prazo de dez dias, e que seja designada audiência de instrução e julgamento.

Pierre Souto Maior também determinou o fim do sigilo do processo, ao qual o **JC** teve acesso no final da tarde de ontem. Entre outras coisas, os autos mostram gravações e filmagens dos acusados em conversas com o secretário de Relações Institucionais de Caruaru, Marco Casé. Ele e o prefeito José Queiroz (PDT) aparecem no processo como vítimas.

De acordo com o processo, as investigações começaram em agosto de 2013, após uma denúncia anônima feita à Polícia Civil. No dia dez de setembro, o delegado Erick Lessa abriu procedimento de investigação preliminar para apurar o caso e as investigações foram se aprofundando.

O secretário Marco Casé foi intimado para prestar esclarecimentos na condição de testemunha e, no dia 16 de setembro os policiais afirmam que: “conseguimos convencê-lo a realizar escuta ambiental”. As gravações e filmagens foram realizadas na sede da Central de Abastecimento de Caruaru (Ceaca), onde Casé é diretor, e na sede da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), onde ele também exerce cargo.

Os relatos impressionam o promotor Luiz Gustavo Simões, que, no seu despacho, chama os vereadores de “bancada da propina”. “Impressiona a ausência de qualquer condição ética e moral que a banda criminosa realizava suas negociações, demonstrando a completa falta de condição para exercer o cargo para o qual foram eleitos”.

De acordo com o parecer do promotor, a “bancada da propina” se revelou uma organização criminosa constituída com o objetivo de cometer crimes, em especial contra a ordem pú-

blica. Segundo ele, os vereadores se associaram de forma estruturada com o objetivo de exigir do Executivo ganhos em dinheiro para a aprovação de projetos e condicionaram a aprovação ao recebimento de R\$ 2 milhões. Valor que depois foi negociado para R\$ 1,5 e R\$ 1,2 milhão.

No mesmo despacho que pede a instauração de ação penal, o juiz Pierre Souto Maior pede a prisão preventiva dos vereadores Evandro Silva (PMDB) e Neto (PMN). De acordo com o promotor, foram feitas interceptações telefônicas onde Evandro faz ameaças veladas às vítimas. Ele foi preso ontem à tarde e encaminhado à Penitenciária Juiz Plácido de Souza. Já Neto, que também teria ameaçado testemunhas, não foi encontrado e é considerado foragido.

Evandro Silva (PMDB) é preso por ameaçar testemunhas; Neto (PMN) está foragido

Os outros vereadores acusados e que irão a julgamento são: Jajá (PPS), Val das Rendeiras (PROS), Louro do Juá (DEM), Osvaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Eduardo Cantarelli (PROS) e Pastor Jádriel (PROS).

Eles estão sendo acusados de crime de concussão, por terem cobrado propina de R\$ 2 milhões para aprovar projeto do Executivo para a implantação do BRT (Bus Rapid Transit). Também respondem por corrupção passiva e de fazer parte de organização criminosa. Em dezembro, eles foram presos e depois liberados através de habeas corpus. Se condenados, podem cumprir penas de até 56 anos de prisão.

A Operação Ponto Final colheu 37 depoimentos e fez 763 horas de gravação. O trabalho foi feito com o apoio do Ministério Público e as gravações realizadas com autorização da Justiça e acompanhamento do próprio MPPE, de acordo com o delegado Regional Eric Lessa.

O JC teve acesso, ontem, ao processo número 17994-57/2013, sobre o caso. Nele há registros fotográficos e são descritos trechos de gravações feitas pela Polícia Civil durante a investigação e que, conforme a própria Polícia, relatam conversas de alguns vereadores com o secretário de Relações Institucionais da Prefeitura de Caruaru, Marco Casé. Na descrição, os crimes são evidenciados. A investigação partiu de uma denúncia anônima.

Conversas mantidas entre os vereadores Eduardo Cantarelli e Jajá com o Secretário Marcos Casé, num primeiro momento, chegando-se a captar as exigências para aprovação de projeto do executivo.



Trechos contidos no processo:



o Jajá ri e diz que o valor que ele quer é R\$ 150 mil e diz que o valor não é muito.



o Louro do Juá diz que se não aceitarem o grupo deles vai derrotar o projeto. E vai ser pior porque o novo acordo vai ser o dobro do valor, ou seja, R\$ 300 mil.



o Neto diz que o grupo está fechado e diz que se forem para ir para o presídio vão os oito e se for para o inferno vão os oito.



o Neto diz que o valor certo é R\$ 150 mil para cada um dos vereadores.

O caso

Michèle Souza/JC Imagem



o José Queiroz

o Os dez vereadores foram presos no dia 18 de dezembro, quando foi desencadeada a Operação Ponto Final. Eles foram libertados através de habeas corpus - a maioria passou o Natal em casa. No processo, o prefeito José Queiroz (PDT) e o secretário Marco Casé aparecem como vítimas;

o As gravações mostram que as conversas dos vereadores que estão sendo acusados foram feitas com o secretário Marco Casé.

o De acordo com o processo número 17994-57/2013, os encontros do secretário com parlamentares aconteceram na sede da Central de Abastecimento de Caruaru (Ceaca), que tem Marco Casé como diretor, e também na sede da Fiepe (Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco), onde Casé também atua.

o O secretário executivo da pasta é o radialista Davi Cardoso, que teve que prestar esclarecimentos na delegacia, no dia 18 de dezembro, quando foi desencadeada a Operação Ponto Final.

o Os dez vereadores estão sendo acusados de crime de concussão, por terem cobrado propina de R\$ 2 milhões para aprovar projeto do Executivo para a implantação do BRT (Bus Rapid Transit). Eles foram presos e liberados através de habeas corpus.

o De acordo com o delegado Regional Erick Lessa, a Operação Ponto Final colheu 37 depoimentos e fez 763 horas de gravação divididas da seguinte forma: 360 horas de interceptação telefônica; 367 horas de interceptação ambiental (áudio e vídeo) e 36 horas de escuta ambiental (áudio). O trabalho foi feito com o apoio do Ministério Público e as gravações realizadas com autorização da Justiça e acompanhamento do MP.

o Os vereadores acusados são: Jajá (PPS), Val das Rendleiras (PROS), Louro do Juá (DEM), Sivaldo Oliveira (PP), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Eduardo Cantarelli (PROS) e Pastor Jadlei (PROS)



o Marco Casé

A “sujeira” em vídeos e imagens

Em outros trechos de gravações de imagens e áudios feitas pela polícia e veiculadas ontem à noite pela TV Asa Branca, afiliada da Rede Globo, vereadores aparecem negociando valores, conversam sobre a possibilidade de aprovação do projeto e até sobre prisão. Os diálogos foram transcritos literalmente, com os erros de português cometidos.

Um vídeo mostra os políticos Eduardo Cantarelli (SDD) e Jajá (PPS) tratando sobre valores, que variam de R\$ 150 mil a R\$ 250 mil. Na conversa, o representante da prefeitura diz que o prefeito descartou a negociação.

Outra gravação, dessa vez de escuta ambiente, traz um diálogo entre os vereadores Neto (PMN), Val (DEM) e

Louro do Juá (DEM) combinando a união do grupo para a aprovação de um projeto. “Se reunimos ontem e tá firmado os oito? Se for pra ir pro prédio, vai os oito, se for pra ir pro céu vai os oito, ninguém abre mão. A gente tivemos uma reunião ontem e fizemos uma votação. Que tem organização. A gente já dividiu que tá organizado. Se amanhã... Hoje a gente pegar o projeto... Se for pra segunda votação e se pedirem à gente pra aprovar, a gente vai botar a cara à tapa. Tem que ter uma emenda e é dobrado. A gente já disse: ‘A gente vai inflacionar pra poder decidir hoje’”, diz o vereador Neto.

Mais adiante, o mesmo político diz que se o prefeito quiser que o projeto seja aprova-

Diálogos descritos no processo expõem a trama

do por unanimidade, o grupo fará dessa forma. “Agora, só que vai dar na cara que teve o dinheiro, e você não quer demonstrar isso pra sua base. Quer?”, questiona para os colegas. Louro do Juá acrescenta que o projeto pode ser derrotado. “Se derrotar e depois vir arrependido, chamar a gente... A gente só vem em dobro. Tem que ter uma mudança no projeto, pra gente se pegar”,

diz, referindo-se ao valor a ser recebido por eles.

Um trecho gravado de escuta telefônica traz a conversa entre o vereador Jádriel Nascimento (PROS) e um homem não identificado sobre a possível aprovação de um projeto que seria votado no dia seguinte. Jádriel diz que se encontrou com o colega Val das Rendeiras e fala que o prefeito não quer conversar. Ele ameaça votar contra o projeto caso não haja negociação. “Amanhã já entra o projeto e até agora não conversou. Então, amanhã, ele não ache ruim o resultado”. Ai ele [Val das Rendeiras] disse: ‘Só dá certo se for o grupo todo junto. Porque se for conversar um por um...’ Eu mesmo não vou garantir o voto não”, diz Jádriel.

Tentativa de recuperar mandatos

CARUARU – Advogados dos dez vereadores afastados dos cargos planejam ingressar hoje na Justiça com um mandado de segurança criminal para tentar fazê-los voltar às suas funções. A ação será impetrada no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e deve ser analisada pelo desembargador Fausto Campos. Os vereadores são acusados pela Polícia Civil de concussão, corrupção passiva e de integrar organização criminosa.

“No mandado haverá tam-

bém um pedido de liminar, o que deve apressar a decisão do desembargador. Esperamos que até a próxima segunda-feira (13) tenhamos alguma novidade sobre o assunto”, destacou Saulo Amazonas, um dos advogados dos vereadores.

Outro advogado do grupo, Marcílio Cumaru, explicou que essa ação da defesa se refere ao processo criminal, em que o juiz determinou o afastamento dos vereadores por tempo indeterminado. “Mesmo que o resulta-

do seja positivo, eles vão continuar afastados porque tem o processo civil, que vamos cuidar num segundo momento”, disse.

Os parlamentares são acusados de terem cobrado propina para aprovar um projeto de implantação de um BRT (Bus Rapid Transit) nesta cidade do Agreste, num valor de R\$ 250 milhões.

DEMISSÕES

Como, por enquanto, a Câmara tem que fazer o pagamento

de 33 vereadores – 23 que estão atuando e os dez afastados pela Justiça –, o presidente Leonardo Chávez (PSD) decidiu promover demissões. Devem ser exonerados nove assessores de cada um dos parlamentares afastados, totalizando 90 servidores contratados.

As demissões são, segunda a Câmara, a única maneira de a Casa evitar que os gastos com pessoal ultrapassem o limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assunto: O advogado Saulo Amazonas ainda vai recorrer ao TJPE contra a decisão do juiz da Fazenda Pública de Caruaru	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 10/01/2014
Editoria: ÚLTIMAS NOTÍCIAS	Seção: Fogo Cruzado

Últimas notícias

■ **PROTEÇÃO** - O advogado Saulo Amazonas ainda vai recorrer ao Tribunal de Justiça contra a decisão do juiz da Fazenda Pública de Caruaru de mandar suspender por 180 dias o mandato dos 10 vereadores. Como o clima na cidade ainda está pesado, o prefeito José Queiroz (PDT) teria reforçado sua segurança pessoal, assim como o secretário do governo Marcos Casé (PTB).

Assunto: Vereador é preso novamente

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 10/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

Política

Dois investigados estariam ameaçando testemunhas em Caruaru

Vereador é preso novamente

■ **EVANDRO** Silva foi localizado em sua fazenda. Polícia não encontrou Neto e parlamentar é considerado foragido

LÍVIA MOTA

CARUARU - A Polícia Civil prendeu novamente o vereador Evandro Silva (PMDB), em Caruaru, no Agreste do Estado. De acordo com informações da polícia, a prisão foi a pedido do Ministério Público de Pernambuco, ainda conforme as investigações da Operação Ponto Final, que culminou na prisão de dez parlamentares caruaruenses no mês passado, mas graças a um habeas corpus todos foram liberados e passaram a responder o processo em liberdade. Ontem, foram expedidos dois mandados de prisão e apenas um foi cumprido. O vereador Neto não havia sido localizado até à noite e já era considerado foragido. Os dois parlamentares são acusados de ameaçar testemunhas.

"Fomos às suas residências e tentamos localizá-lo por telefone, mas sem êxito. Existe uma ordem judicial a ser cumprida e o vereador Neto precisa se apresentar à polícia porque o prazo dele já esgotou", afirmou o delegado Erik Lessa,



Aguinaldo Lima/Arquivo Folha

EVANDRO está entre os dez parlamentares envolvidos no caso de corrupção. Polícia também está procurando Neto desde ontem

Folha resume

Dois vereadores de Caruaru, investigados por crime de corrupção, tiveram mandados de prisão decretados ontem, sob acusação de estarem intimidando testemunhas. Evandro Silva foi detido e levado à penitenciária do município. O vereador Neto não foi localizado até à noite e já era considerado foragido.

responsável pela investigação.

A Polícia Civil encaminhou o inquérito no dia 27 de dezembro ao Ministério Público, que antes de concluir o prazo de denúncia, recebeu a nova acusação envolvendo os dois ve-

readores. Segundo o juiz Pierre Souto Maior, Evandro e Neto estariam ameaçando testemunhas envolvidas no processo da Operação Ponto Final.

Evandro Silva foi encontrado na sua fazenda, e, após passar

por exame de corpo de delito no Instituto de Medicina Legal (IML) de Caruaru, foi encaminhado à Penitenciária Juiz Plácido de Souza. O advogado responsável pela defesa dele, Saulo Amazonas, afirmou que uma ligação telefônica teria sido mal interpretada pelos policiais, que supõe ter havido uma ameaça.

EPISÓDIO

Este é mais um capítulo envolvendo a investigação sobre cobrança de pagamento à Prefeitura de Caruaru para aprovação de projetos. No caso mais recente, o grupo de vereadores teriam pedido R\$ 2 milhões para votar a favor da



Aguinaldo Lima/Arquivo Folha

Saiba mais

CORTES - Para minimizar os problemas de caixa, o presidente da Câmara de Caruaru, Leonardo Chaves, pretende demitir todos os assessores dos vereadores afastados. Como a maioria está de férias, por conta do recesso parlamentar, a medida só poderá ser tomada em fevereiro, após a retomada dos trabalhos.

proposta sobre mudanças no trânsito da cidade, que incluiria a inclusão ônibus do tipo BRT.

Atualmente, os dez parlamentares estão afastados das funções legislativas, sendo substituídos por suplentes. Apesar disso, todos continuam

recebendo salários de R\$ 9 mil, o que vem causando um rombo nas contas da Câmara Municipal, segundo admitiu anteontem o presidente da Casa, Leonardo Chaves (PSD). Segundo ele, o mês terminará com o orçamento estourado em R\$ 90 mil.

Assunto: Vereadores mandados de volta para a cadeia

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 10/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Vereadores mandados de volta para a cadeia

FOTOS: HAMOM BATISTA/ESP.DP/DA PRESS

Justiça determina prisão de dois suspeitos após informação de supostas ameaças a testemunhas

ANA LUIZA MACHADO
anamachado.pe@dabr.com.br

A conquista da liberdade durou apenas 16 dias para dois dos dez vereadores de Caruaru, presos no mês passado acusados de cobrança de propina para votar projetos do Executivo. Dois mandados de prisão foram expedidos pela Justiça ontem contra José Evandro Francisco da Silva (PMDB) e Neto (PMN). O primeiro foi cumprido e o segundo está foragido. Os dez vereadores detidos durante a Operação Ponto Final conseguiram habeas corpus na véspera de Natal. Com a investigação em curso, o delegado responsável pelo caso, Erick Lessa, não descarta que outros vereadores voltem a ser presos. Todos foram afastados do mandato e indiciados pelos crimes de concussão (cobrança de valores para votar projetos), corrupção passiva e formação de organização criminosa.

Por determinação do juiz da 4ª Vara Criminal de Caruaru, Pierre Souto Maior, o peemedebista José Evandro foi detido no sítio onde mora, passou pelo exame de corpo de delito no Instituto de Medicina Legal (IML), e, em seguida, foi levado à Penitenciária Juiz Plácido de Souza, no mesmo município. Já o vereador Neto foi procurado pela polícia, mas não foi localizado e não se entregou até o fechamento desta edição.

Na coletiva concedida ontem, em Caruaru, o delegado Erick Lessa não revelou o que motivou os novos mandados de prisão. Nos



bastidores, há informação de que os vereadores teriam ameaçado testemunhas citadas no processo. "As prisões foram formalizadas a partir de informações que tivemos. Quem dirá o motivo da prisão é a decisão judicial", desconversou o delegado. Um dos advogados de José Evandro Francisco da Silva, Marcelo Cumarú, explicou que a motivação da prisão não pode ser revelada porque o processo corre em segredo de justiça.

Pela manhã, antes do mandado ser expedido, a reportagem tinha entrado em contato com outro advogado, Marcílio Cumarú, um dos responsáveis pela defesa do grupo de vereadores. Ele havia revelado que estava finalizando o recurso dos acusados para que eles pudessem voltar às suas atividades na Câmara Municipal. Na esfera cível ficou estabelecido que os vereadores ficariam afastados inicialmente por 180 dias. Já na esfera criminal, não havia prazo para o afastamento.



José Evandro (foto principal) foi preso em casa, e Neto ainda está foragido da polícia

> entenda o caso

Foram presos no dia 18 de dezembro os vereadores Jádriel Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (Pros), Cacilio Pedro (PTB), Val (DEM), Louro do Juá (DEM), Eduardo Cantarelli (SDD), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS)

Eles são acusados pelos crimes de concussão (crime contra a administração pública com exigência de vantagem indevida), corrupção passiva e formação de organização criminosa, com penas que variam de] 28 a 56 anos de prisão

A investigação se baseou na votação do projeto de lei que autoriza a prefeitura a contrair empréstimo no valor de R\$ 250 milhões para implantar o sistema de transporte BRT (Trânsito Rápido por Ônibus) na cidade

As 360 horas de interceptações telefônicas, 360 horas de gravações com câmeras escondidas e 36 horas de escutas ambientais foram usadas para pedir a prisão temporária.

Assunto: Eletricidade, descaso e morte

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 10/01/2014

Editoria: VIDA URBANA

Seção:

vida urbana

Eletricidade, descaso e morte

Criança levou choque e morreu após tocar em fio cuja necessidade de reparo já havia sido alertada por moradores de Pau Amarelo

De férias da escola onde estudava em Itapetim, no Sertão de Pernambuco, Marcondes Ferreira de Brito, 11 anos, viajou 265 km para visitar parentes no litoral. Retornaria para casa no fim do mês, não fosse um fio de baixa tensão na Rua Irã, no Loteamento Conceição, em Pau Amarelo, Paulista. O garoto pisou na fiação, que havia caído pela terceira vez segundo vizinhos, e sofreu uma descarga elétrica. Ele chegou a ser socorrido para uma UPA, mas morreu. Segundo testemunhas, logo após o choque um carro da Celpe que havia sido chamado pela manhã para retirar o fio da rua chegou, algumas horas depois que se expiraram os 30 minutos prometidos ao telefone. Ênio foi a primeira vítima, neste ano, de um problema evidenciado em junho de 2013, após a morte do advogado e músico Davi Santiago, que levou um choque em Boa Viagem. Nos últimos três anos, o contato com fios em áreas públicas de Pernambuco causou cerca de 60 mortes, mais do que o número de fatalidades causadas por ataques de tubarão desde 1992, por exemplo. Ênio estava na casa de parentes, no início da tarde de ontem, quando atendeu ao chamado da avó, Inês Ferreira, com quem vivia no interior desde que tinha um ano, e foi a um comércio próximo comprar materiais de limpeza. "Ele vinha correndo, quan-

do pisou nas poças formadas pela chuva. De repente, o fio o puxou e ele desmaiou", contou a dona de casa Rosineide Maria, que viu o acidente. "Não é a primeira vez que esse fio cai. Há 15 dias, nossa comunidade fechou a PE-22 cobrando uma providência da Celpe. Eles consertaram, mas depois o objeto caiu novamente e não vieram", contou o vigilante Paulo Ferreira. Com o choque, Ênio sofreu queimaduras na face, nas pernas e em parte dos órgãos. Houve tentativa de reanimação por cerca de uma hora, mas ele não resistiu aos ferimentos. A avó da vítima chegou com ele a Paulista em 17 de dezembro. "Pedi para Ênio sair de casa e me ajudar. De repente, ouvi um barulho, perguntei o que havia acontecido e soube que meu neto havia caído", contou, chorando. Até o fechamento desta edição, a família aguardava a chegada da mãe do garoto para decidir o local do enterro, que deve ocorrer em Itapetim. Em nota, a Celpe lamentou o acidente e afirmou que o fio que atingiu Ênio estava partido em decorrência de uma ligação clandestina. O órgão garantiu que "as equipes técnicas estão apurando em detalhes o ocorrido" e que "a empresa está prestando toda assistência à família". Por ano, cerca de 36 mil ligações clandestinas são removidas apenas na cidade do Recife.



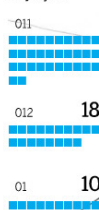
Ênio passava férias com a família no litoral



Equipe da Celpe que tinha sido chamada antes da tragédia chegou após o ocorrido

+ saiba mais

Mortes por choque elétrico em rede pública de fiação



*Não contabilizadas as mortes por erro da D. vi Santiago. O relatório oficial só será divulgado em agosto de 2014.

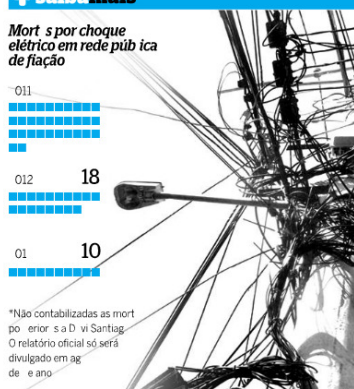
Outros acidentes em 2013

22 de junho - Nilson Inácio, 39 anos, morreu após tocar em um pote de metal na comunidade Abdias de Carvalho.

28 de outubro - Davi Ferreira, 27 anos, morreu após levar um choque ao pular muro de subestação da concessionária no bairro de Paratibe, Paulista.

4 de setembro - Garoto Luís Edilson Máximo Pedreira, 12 anos, morreu após levar um choque ao encostar em um pote de iluminação na Praça das Néguas Galindo no bairro de Algodim, em Olinda. Ele sobreviveu.

12 de dezembro - Morte de um adolescente de 15 anos, que bateu com um hamper de ferro em fio de alta tensão no Alt. José do Pinho, no Recife.



Ninguém punido ainda

Quase sete meses depois, a morte do advogado e músico Davi Santiago de Lima Filho, 37 anos, ainda permanece sem culpados criminalmente. O inquérito aberto para investigar a culpabilidade da Celpe e das equipes responsáveis pela manutenção da fiação elétrica na Avenida Visconde de Jequitinhonha, em Boa Viagem, ainda está por concluir porque o delegado designado para investigar o caso, Guilherme Mesquita, enviou solicitação à Justiça para obter possíveis laudos indenizatórios referentes às 32 mortes registradas em 2011 por contato com a rede pública de energia no estado.

Segundo o delegado, já está caracterizada uma negligência da concessionária de energia, mas ele aguarda a resposta da Justiça para finalizar o trabalho. "O inquérito foi para o Judiciário, pois solicitei documentos que ajudarão a elucidar o caso, como contratos de indenização a respeito de mortes anteriores", explicou o delegado.

A morte de Davi, em junho do ano passado, acendeu o alerta para o risco da fiação elétrica caída em ruas e avenidas. O morador da Zona Sul morreu na Visconde de Jequitinhonha quando passeava



ANNA CLARICE ALMEIDA/DP/D.A. PRESS

com o cachorro e encostou em um fio caído. O caso motivou uma ação civil pública do Ministério Público de Pernambuco.

No último mês de novembro, a Agência Reguladora de Pernambuco (Arpe) multou a Celpe em R\$ 174 mil após conclusão de processo investigatório aberto a pedido da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O relatório elaborado confirmou negligência por parte das equipes de manutenção da Celpe no trecho onde ocorreu o acidente. Um pedido de reconsideração, feito pela Celpe, ainda está em análise.

Morte de Davi Santiago, que motivou até um protesto em frente à Celpe, chamou atenção para o problema dos fios soltos nas ruas

Assunto: Gravações mostram negociação de propina por vereadores	
Veículo: JC Online	Data: 10/01/2014
Editoria:	Seção:

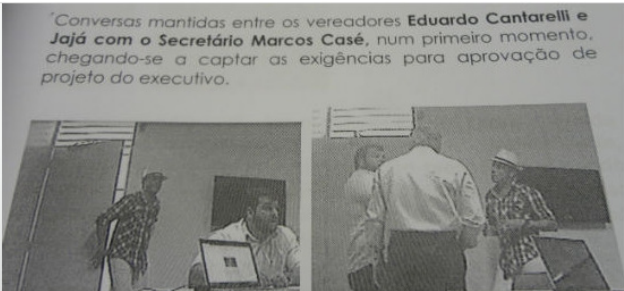
jornal do  **commercio**

CARUARU

Gravações mostram negociação de propina por vereadores

< 1 2 3 4 5 6 7 >

Conversas mantidas entre os vereadores Eduardo Cantarelli e Jajá com o Secretário Marcos Casé, num primeiro momento, chegando-se a captar as exigências para aprovação de projeto do executivo.

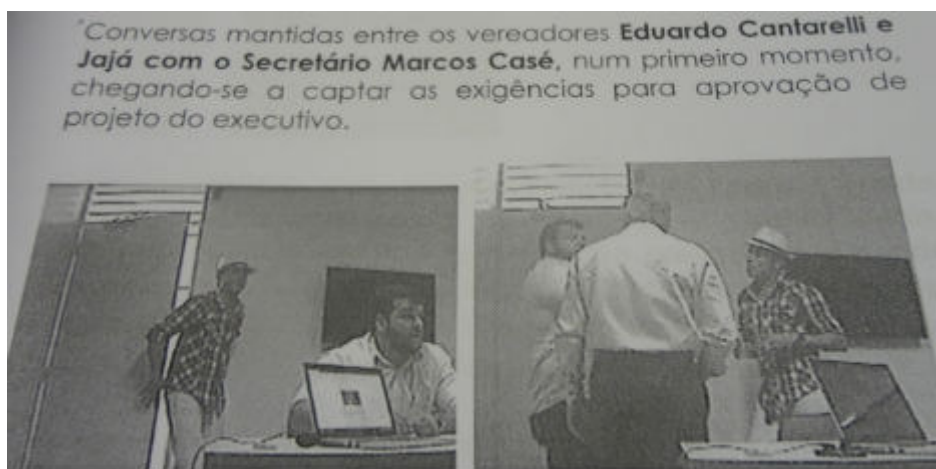


Assunto: Gravações mostram negociação de propina por vereadores	
Veículo: JC Online	Data: 10/01/2014
Editoria:	Seção:

jornal do  commercio

Gravações comprovam negociação de propina por vereadores de Caruaru

Processo traz relato de gravações que comprovam ação da "bancada da propina" em Caruaru. Juiz instaura ação penal



O juiz Pierre Souto Maior, da 4ª Vara da Justiça de Caruaru, acatou integralmente as denúncias do Ministério Público contra os dez vereadores desta cidade que estão sendo acusados de cobrar propina para aprovar projetos do governo municipal. Em seu despacho, o magistrado pede a instalação de ação penal, a citação dos denunciados num prazo de dez dias, e que seja designada audiência de instrução e julgamento.

Pierre Souto Maior também determinou o fim do sigilo do processo, ao qual o JC teve acesso no final da tarde dessa quinta-feira. Entre outras coisas, os autos mostram gravações e filmagens dos acusados em conversas com o secretário de Relações Institucionais de Caruaru, Marco Casé. Ele e o prefeito José Queiroz (PDT) aparecem no processo como vítimas.

De acordo com o processo, as investigações começaram em agosto de 2013, após uma denúncia anônima feita à Polícia Civil. No dia dez de setembro, o delegado Erick Lessa abriu procedimento de investigação preliminar para apurar o caso e as investigações foram se aprofundando.

O secretário Marco Casé foi intimado para prestar esclarecimentos na condição de testemunha e, no dia 16 de setembro os policiais afirmam que: “conseguímos convencê-lo a realizar escuta ambiental”. As gravações e filmagens foram realizadas na sede da Central de Abastecimento de Caruaru (Ceaca), onde Casé é diretor, e na sede da

Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), onde ele também exerce cargo.

Os relatos impressionam o promotor Luiz Gustavo Simões, que, no seu despacho, chama os vereadores de “bancada da propina”. “Impressiona a ausência de qualquer condição ética e moral que a banda criminosa realizava suas negociatas, demonstrando a completa falta de condição para exercer o cargo para o qual foram eleitos”.

De acordo com o parecer do promotor, a “bancada da propina” se revelou uma organização criminosa constituída com o objetivo de cometer crimes, em especial contra a ordem pública. Segundo ele, os vereadores se associaram de forma estruturada com o objetivo de exigir do Executivo ganhos em dinheiro para a aprovação de projetos e condicionaram a aprovação ao recebimento de R\$ 2 milhões. Valor que depois foi negociado para R\$ 1,5 e R\$ 1,2 milhão.

No mesmo despacho que pede a instauração de ação penal, o juiz Pierre Souto Maior pede a prisão preventiva dos vereadores Evandro Silva (PMDB) e Neto (PMN). De acordo com o promotor, foram feitas interceptações telefônicas onde Evandro faz ameaças veladas às vítimas. Ele foi preso ontem à tarde e encaminhado à Penitenciária Juiz Plácido de Souza. Já Neto não foi encontrado e é considerado foragido.

Os outros vereadores acusados e que irão a julgamento são: Jajá (PPS), Val das Rendeiras (PROS), Louro do Juá (DEM), Osvaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Eduardo Cantarelli (PROS) e Pastor Jadiel (PROS).

Eles estão sendo acusados de crime de concussão, por terem cobrado propina de R\$ 2 milhões para aprovar projeto do Executivo para a implantação do BRT (Bus Rapid Transit). Também respondem por corrupção passiva e de fazer parte de organização criminosa. Em dezembro, eles foram presos e depois liberados através de habeas corpus. Se condenados, podem cumprir penas de até 56 anos de prisão.

A Operação Ponto Final colheu 37 depoimentos e fez 763 horas de gravação. O trabalho foi feito com o apoio do Ministério Público e as gravações realizadas com autorização da Justiça e acompanhamento do próprio MPPE, de acordo com a delegado Regional Eric Lessa.

Assunto: Vereadores de Caruaru de volta para a cadeia	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 10/01/2014
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO** .com.br

Vereadores de Caruaru de volta para a cadeia

A conquista da liberdade durou apenas 16 dias para dois dos dez vereadores de Caruaru, presos no mês passado acusados de cobrança de propina para votar projetos do Executivo. Dois mandados de prisão foram expedidos pela Justiça ontem contra José Evandro Francisco da Silva (PMDB) e Neto (PMN). O primeiro foi cumprido e o segundo está foragido.

Os dez vereadores detidos durante a Operação Ponto Final conseguiram habeas corpus na véspera de Natal. Com a investigação em curso, o delegado responsável pelo caso, Erick Lessa, não descarta que outros vereadores voltem a ser presos. Todos foram afastados do mandato e indiciados pelos crimes de concussão (cobrança de valores para votar projetos), corrupção passiva e formação de organização criminosa.

Por determinação do juiz da 4ª Vara Criminal de Caruaru, Pierre Souto Maior, o peemedebista José Evandro foi detido no sítio onde mora, passou pelo exame de corpo de delito no Instituto de Medicina Legal (IML), e, em seguida, foi levado à Penitenciária Juiz Plácido de Souza, no mesmo município. Já o vereador Neto foi procurado pela polícia, mas não foi localizado e não se entregou até o fechamento desta edição.

Na coletiva concedida ontem, em Caruaru, o delegado Erick Lessa não revelou o que motivou os novos mandados de prisão. Nos bastidores, há informação de que os vereadores teriam ameaçado testemunhas citadas no processo. “As prisões foram formalizadas a partir de informações que tivemos. Quem dirá o motivo da prisão é a decisão judicial”, desconversou o delegado. Um dos advogados de José Evandro Francisco da Silva, Marcelo Cumarú, explicou que a motivação da prisão não pode ser revelada porque o processo corre em segredo de justiça.

Pela manhã, antes do mandado ser expedido, a reportagem tinha entrado em contato com outro advogado, Marcílio Cumarú, um dos responsáveis pela defesa do grupo de vereadores. Ele havia revelado que estava finalizando o recurso dos acusados para que eles pudessem voltar às suas atividades na Câmara Municipal. Na esfera cível ficou estabelecido que os vereadores ficariam afastados inicialmente por 180 dias. Já na esfera criminal, não havia prazo para o afastamento.

Saiba mais

Foram presos no dia 18 de dezembro os vereadores Jadiel Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (Pros), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Louro do Juá (DEM), Eduardo Cantarelli (SDD), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS)

Eles são acusados pelos crimes de concussão (crime contra a administração pública com exigência de vantagem indevida), corrupção passiva e formação de organização criminosa, com penas que variam de 28 a 56 anos de prisão

A investigação se baseou na votação do projeto de lei que autoriza a prefeitura a contrair empréstimo no valor de R\$ 250 milhões para implantar o sistema de transporte BRT (Trânsito Rápido por Ônibus) na cidade

As 360 horas de interceptações telefônicas, 360 horas de gravações com câmeras escondidas e 36 horas de escutas ambientais foram usadas para pedir a prisão temporária.

Assunto: Vereador Neto é considerado foragido pela Justiça, diz delegado	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 09/01/2014
Editoria:	Seção:



Vereador Neto é considerado foragido pela Justiça, diz delegado

Neto e Evandro Silva estariam ameaçando testemunhas do processo. Este edil já foi preso e chegou ao Penitenciária Juiz Plácido de Souza.



O vereador Neto (PMN) é considerado foragido pela Justiça, de acordo com o delegado Erick Lessa. Ele é procurado pela Polícia Civil em Caruaru, no Agreste pernambucano, após emissão de mandado de prisão e não foi encontrado no município, nesta quinta-feira (9). Segundo o juiz Pierre Souto Maior, Neto e Evandro Silva (PMDB) estariam ameaçando testemunhas envolvidas no processo da Operação

Ponto Final.

A polícia já prendeu Evandro Silva. Ele passou por exame de corpo de delito no Instituto de Medicina Legal (IML), no município, e chegou à Penitenciária Juiz Plácido de Souza. O mandado de prisão foi expedido pela 4ª Vara Criminal e as investigações continuam sob responsabilidade do delegado Erick Lessa.

O advogado Saulo Amazonas, responsável pela defesa de Evandro Silva, afirma que uma ligação telefônica teria sido mal interpretada pela polícia, que supõe ter havido uma ameaça.



Operação Ponto Final

Os vereadores Jadiel Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (PROS), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Louro do Juá (DEM), Eduardo Cantarelli (SDD), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS) foram presos no dia 18 de dezembro durante a Operação Ponto

Final, da Polícia Civil.📷

Participaram da operação 120 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães. A ação foi coordenada pela Chefia da Polícia Civil. As investigações foram efetuadas pela Gerência de Controle Operacional do Interior I.

No dia 24 de dezembro, seis dos dez vereadores foram soltos. O primeiro a deixar a unidade foi Louro do Juá (DEM). Em seguida, Jajá (PPS). Logo após, foi a vez de Val das Rendeiras (PROS) e Neto (PMN). Depois, Sivaldo Oliveira (PP) foi liberado e, por último, Evandro Silva (PMDB).



No dia 25 de dezembro, deixaram a penitenciária Cecílio Pedro (PTB) e Val (DEM), após pagarem fiança de R\$ 50 mil cada, por porte ilegal de armas. Os pedidos de habeas corpus de Eduardo Cantarelli (SDD) e Jadiel Nascimento (PROS) foram aceitos no dia 26 pelo Tribunal de Justiça do Pernambuco (TJPE).

Conclusão do Inquérito

Segundo o delegado Salustiano Albuquerque, eles estavam exigindo vantagens indevidas da prefeitura para aprovar determinados projetos do Executivo. Uma coletiva de imprensa foi realizada no dia 27 de dezembro para apresentar dados da conclusão do inquérito.

De acordo com o gestor operacional do Interior I e presidente da investigação, Erick Lessa, três vereadores foram considerados os mentores do suposto esquema. "Os cabeças eram Cecílio Pedro (PTB) e Sivaldo Oliveira (PP) da situação, e Val das Rendeiras (PROS) da oposição. A mediação entre as partes era feita pelo vereador Eduardo Cantarelli (SDD) que era o mais ousado do esquema" afirma Lessa. Questionado o porque de 'ousado', o delegado afirma que ele era bem incisivo nas negociações.

Os vereadores são suspeitos da prática de corrupção passiva, que é a solicitação de vantagem indevida; de concussão, que é crime contra a administração pública e ainda de organização criminosa, que é a integração e ações de cunho criminal. No caso dos vereadores, por serem funcionários públicos, a pena de Organização Criminosa pode aumentar de 1/6 a 2/3.

Somando as penas, a maioria dos vereadores teriam 56 anos de prisão. Apenas Cecílio Pedro e Sivaldo Oliveira teriam 28 anos de reclusão. Sobre isso, o delegado afirmou que por eles serem "os mentores do esquema", foi mais difícil encontrar provas.

Na investigação, foram usadas mais de 700 horas em escutas ambientes, telefônicas e material em áudio e vídeo para colher as provas que seriam suficientes para pedir a prisão preventiva.

Delação Premiada

Ainda de acordo com o delegado Erick Lessa, um dos vereadores que tentou ajudar a polícia durante as ouvidas foi Jadiel Nascimento (PROS). Ele apelou pela delação premiada, porém, o Ministério Público entendeu que o depoimento dele não teria contribuído para esclarecer como o esquema de fato era feito. O delegado esclareceu ainda que o parlamentar contou que recebeu, a título de empréstimo, R\$ 20 mil para realizar a votação de um outro projeto.

A polícia não revelou que projeto seria esse e nem de quem ele teria recebido o dinheiro. Ao todo foram ouvidas 37 pessoas na investigação, entre elas os 23 vereadores, cinco secretários, além do prefeito e do vice-prefeito de Caruaru. O inquérito policial que foi apresentado tem mais de 500 páginas.



Vereador diz que sofreram 'armação'

Também no dia 27 de dezembro, uma coletiva foi realizada pelos dez vereadores que estiveram presos após a Operação Ponto Final. Sivaldo Oliveira (PP), Val (DEM) e Evandro Silva (PMDB) representaram os demais e declararam inocência de todos, mas não passaram informações

concretas sobre os possíveis motivos do inquérito da Polícia Civil. Eles afirmaram que sequer sabem os fatos que dão base para indiciá-los por corrupção passiva, crime contra administração pública e organização criminosa.

Evandro Silva iniciou os depoimentos e questionou a falta de defesa na prisão preventiva e falou abertamente sobre um esquema que pode estar por trás das prisões. “Foi pego todo mundo de surpresa. Vocês veem que foi de um pessoal que já vinha preparando isso, inclusive sabendo às vezes até da sentença. Porque foi veiculado que um senhor suplente de vereador ia para um cargo. Estava tudo já esquematizado”, afirmou.

Sivaldo Oliveira e Cecílio Pedro (PTB), da situação, são considerados pela polícia os líderes do grupo criminoso, juntamente a Val, líder da oposição. Eles dizem não entender o porquê destes indícios, já que mais de 99% dos projetos vindos da Prefeitura de Caruaru teriam sido aprovados. “Formação de quadrilha – que termo tão pesado! Formação de quadrilha de quê? Então, quer dizer que a partir do momento que você defende algo e é a favor ou contra, você é de uma quadrilha? Como é que uma quadrilha

trabalha aprovando tudo que o prefeito quer? O que era bom para Caruaru foi aprovado, inclusive o BRT”, comentou Oliveira, o segundo a se pronunciar na coletiva.

Os edis reafirmaram a fala do prefeito José Queiroz de que ninguém pagou ou recebeu propina, em momento algum. “Estou muito tranquilo e confiante na certeza de que todos nós sofremos uma grande armação”, diz Val sobre as investigações.

Para eles, o que pode ter havido é um mal entendido em falas ou ações. “Muitas vezes você fala uma coisa e a pessoa entende de outra forma. Às vezes você solta uma brincadeira e o povo pensa que é verdade, leva para outro sentido. Aqui temos um grupo de amigos. Amigos que discutiram projetos e aprovamos os projetos. E aí, o que tem de errado com isso? Caruaru vai saber no tempo certo, acreditamos na justiça”, falou Sivaldo Oliveira.

Apontado pelo delegado Erick Lessa como mediador do grupo, o vereador Eduardo Cantarelli (SDD) foi questionado pelo G1 se ações ou articulações políticas dele podem ter sido confundidas com práticas ilícitas. “A gente foi preso de forma arbitrária. A gente está tendo a primeira oportunidade de se defender e falar com a população caruaruense. O que foi falado pelo delegado, ele está fazendo o papel dele e respeito; o que vai ser falado pela gente, vai ser no momento - se houver processo - de defesa. Ele pode falar muito bem de mim, de Evandro, de Sivaldo, o que quiser, mas eu quero ver se ele vai provar o que está falando”.

Após o fim das perguntas da imprensa, o vereador Val retomou o microfone e comentou que a prisão “aconteceu na véspera da CPI que ia investigar o prefeito que aí está”.



Demissão de funcionários

Uma reunião realizada na manhã da quarta-feira (8) pelo Corpo Técnico da Câmara de Vereadores de Caruaru definiu como será resolvida a questão financeira, para que os 33 vereadores possam receber os salários sem que isso exceda o limite de 70% da folha de pagamento. Participaram do encontro, representantes da Tesouraria,

da Secretaria Administrativa, Gestão de Pessoas e da Procuradoria da Câmara.

De acordo com o procurador-geral da Câmara, José Américo Monteiro, a solução encontrada foi exonerar 90 servidores. “De imediato foram demitidos 27 profissionais e vamos exonerar ainda outros 62 que estão de férias e serão comunicados assim que voltarem. Uma servidora está de licença-maternidade e pela lei ela tem estabilidade funcional e não pode ser exonerada”, explicou.

O presidente da Câmara de Vereadores de Caruaru, Leonardo Chaves (PSD), falou ao G1 sobre a necessidade de exoneração, no dia 27 de dezembro. Segundo o edil, a

decisão do juiz foi que os dez parlamentares presos no dia 18 de dezembro durante a operação “Ponto Final” da Polícia Civil ficariam afastados dos cargos por 180 dias, mas continuariam recebendo normalmente até que o inquérito seja concluído. "Infelizmente teremos que demitir algumas pessoas".

“O problema é que eu não tenho caixa para pagar aos 33. Da verba que a Câmara recebe da prefeitura, 30% é destinada aos custeios da casa e os outros 70% é para o pagamento de pessoal, como servidores, vereadores e assessores. Se eu tiver que pagar aos 33 parlamentares e ainda o resto do pessoal vou ultrapassar esses 70% e infringir a lei de responsabilidade fiscal”, disse.

Prefeito fala sobre denúncias

O prefeito de Caruaru, José Queiroz, concedeu entrevista ao ABTV 2ª Edição e falou sobre as denúncias de corrupção que motivaram a prisão dos dez vereadores. De acordo com Queiroz, a prefeitura só irá se pronunciar depois da conclusão do inquérito policial. [veja vídeo ao lado]

Quanto a suposta tentativa de extorsão por parte dos parlamentares, o prefeito disse que o projeto BRT havia sido reprovado anteriormente. “Nós tínhamos esse projeto tramitando na Câmara de Vereadores. Conforme palavras ditas e pronunciadas pelo delegado Erick Lessa, os vereadores que ele aponta como envolvidos estariam tentando tirar vantagem para aprovação do BRT. Eu quero lembrar a Caruaru que esse projeto tramitou inicialmente na Câmara nos meses de junho, julho, agosto e setembro e nós tivemos que retirá-lo porque não foi aprovado. O projeto voltou à Câmara em dezembro, e coincidentemente, foi aprovado pelos 17 vereadores da base terça-feira”.

Assunto: Gravações mostram negociação de propina por vereadores de Caruaru	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 09/01/2014
Editoria:	Seção:



Gravações mostram negociação de propina por vereadores de Caruaru

O juiz Pierre Souto Maior, da 4ª Vara da Justiça de Caruaru, acatou integralmente as denúncias do Ministério Público contra os dez vereadores desta cidade que estão sendo acusados de cobrar propina para aprovar projetos do governo municipal. Em seu despacho, o magistrado pede a instalação de ação penal, a citação dos denunciados num prazo de dez dias, e que seja designada audiência de instrução e julgamento.

Pierre Souto Maior também determinou o fim do sigilo do processo, ao qual o JC teve acesso no final da tarde dessa quinta-feira. Entre outras coisas, os autos mostram gravações e filmagens dos acusados em conversas com o secretário de Relações Institucionais de Caruaru, Marco Casé. Ele e o prefeito José Queiroz (PDT) aparecem no processo como vítimas.

De acordo com o processo, as investigações começaram em agosto de 2013, após uma denúncia anônima feita à Polícia Civil. No dia dez de setembro, o delegado Erick Lessa abriu procedimento de investigação preliminar para apurar o caso e as investigações foram se aprofundando.

O secretário Marco Casé foi intimado para prestar esclarecimentos na condição de testemunha e, no dia 16 de setembro os policiais afirmam que: “conseguiu convencê-lo a realizar escuta ambiental”. As gravações e filmagens foram realizadas na sede da Central de Abastecimento de Caruaru (Ceaca), onde Casé é diretor, e na sede da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), onde ele também exerce cargo.

Os relatos impressionam o promotor Luiz Gustavo Simões, que, no seu despacho, chama os vereadores de “bancada da propina”. “Impressiona a ausência de qualquer condição ética e moral que a banda criminosa realizava suas negociatas, demonstrando a completa falta de condição para exercer o cargo para o qual foram eleitos”.

De acordo com o parecer do promotor, a “bancada da propina” se revelou uma organização criminosa constituída com o objetivo de cometer crimes, em especial contra a ordem pública. Segundo ele, os vereadores se associaram de forma estruturada com o

objetivo de exigir do Executivo ganhos em dinheiro para a aprovação de projetos e condicionaram a aprovação ao recebimento de R\$ 2 milhões. Valor que depois foi negociado para R\$ 1,5 e R\$ 1,2 milhão.

No mesmo despacho que pede a instauração de ação penal, o juiz Pierre Souto Maior pede a prisão preventiva dos vereadores Evandro Silva (PMDB) e Neto (PMN). De acordo com o promotor, foram feitas interceptações telefônicas onde Evandro faz ameaças veladas às vítimas. Ele foi preso ontem à tarde e encaminhado à Penitenciária Juiz Plácido de Souza. Já Neto não foi encontrado e é considerado foragido.

Os outros vereadores acusados e que irão a julgamento são: Jajá (PPS), Val das Rendeiras (PROS), Louro do Juá (DEM), Osvaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Eduardo Cantarelli (PROS) e Pastor Jadiel (PROS).

Eles estão sendo acusados de crime de concussão, por terem cobrado propina de R\$ 2 milhões para aprovar projeto do Executivo para a implantação do BRT (Bus Rapid Transit). Também respondem por corrupção passiva e de fazer parte de organização criminosa. Em dezembro, eles foram presos e depois liberados através de habeas corpus. Se condenados, podem cumprir penas de até 56 anos de prisão.

A Operação Ponto Final colheu 37 depoimentos e fez 763 horas de gravação. O trabalho foi feito com o apoio do Ministério Público e as gravações realizadas com autorização da Justiça e acompanhamento do próprio MPPE, de acordo com a delegado Regional Eric Lessa.

Assunto: Caruaru: Justiça determina prisão do vereador Evandro Silva	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 09/01/2014
Editoria:	Seção:



Caruaru: Justiça determina prisão do vereador Evandro Silva



O vereador caruaruense Evandro Silva (PMDB) acaba de ser preso por determinação do juiz Pierre Souto Maior. O motivo, segundo informações, teria sido uma ameaça à testemunhas envolvidas no processo que apura cobrança de suborno para aprovar projetos do Poder Executivo.

Mais informações em instantes.